

# PASSAR À OFENSIVA POLÍTICA DERROTAR OS PLANOS DO GOVERNO

**1.** Com a decretação do "pacote" de confisco salarial estabeleceu-se um novo quadro político no país. Sob o impacto da situação desfavorável criada pela derrota nas eleições de prefeitos e pela escalada inflacionária, o governo passou à ofensiva política. Uma ofensiva em larga escala planejada secretamente, a não ser para os grandes capitalistas. O "pacote" foi concebido para alcançar vários objetivos imediatos: reconstituir a base de massas da transição, desarticular o movimento sindical e inviabilizar a perspectiva da greve geral, recompor o abalado dispositivo de sustentação política e parlamentar do governo, preparar o terreno para um grande desempenho dos partidos situacionistas nas eleições vindouras e reduzir a taxa de inflação segundo os interesses do bloco monopolista. É claro, sem tocar na estrutura fundiária ou na dependência ao imperialismo, reafirmada principalmente pelo pagamento de todos os compromissos com os banqueiros internacionais. Através do artifício de dissimular o arrocho salarial e realçar o congelamento dos preços, ambos embutidos no "pacote", e valendo-se de uma vasta operação de propaganda, do apoio dos partidos situacionistas e do comunismo domesticado, o governo alcançou um resultado positivo imediato.

**2.** Mas a ofensiva não parou aí. Aproveitando-se da correlação de forças favorável, o governo passou a uma ação concentrada visando isolar ou impedir o fortalecimento de todos os seus adversários à esquerda: o PT e a CUT, acusados de conspirarem contra o "interesse nacional" supostamente expresso pelo chamado Programa de Estabilização Econômica; as correntes revolucionárias, com o objetivo de colocá-las no gueto, no rol dos assuntos de polícia e reprimi-las, pretextando o assalto aventureiro em Salvador; e mesmo o PDT, contra o qual move uma campanha de desgaste no Rio de Janeiro. E se esforça para afirmar a figura medíocre do presidente Sarney como um estadista e líder popular, credenciado como condutor da transição e possível alternativa na sucessão presidencial. Ou seja, os quatro últimos meses se caracterizaram por uma ofensiva geral do governo e das forças que o sustentam visando alargar e apalmar a estrada da transição conservadora. Vale tudo: a mistificação, a chantagem, o boicote, a mentira, a provocação.

**3.** Esta ofensiva não é circunstancial. Ela materializa um plano geral do governo Sarney e das frações hegemônicas da burguesia cuja meta é estabilizar a transição conservadora e consolidar a democracia dos monopólios. Um plano que compreende os seguintes elementos: a) manutenção de um amplo respaldo popular e político ao governo; b) sustentação do governo por um bloco burguês-conservador unido e com indiscutível hegemonia e legitimidade; c) isolamento do PT e da CUT e desarticulação dos bolsões de massa radicalizados; d) marginalização política dos revolucionários; e) inviabilização do PDT enquanto alternativa burguesa-reformista à hegemonia burguesa-conservadora. Ao promover sua ofensiva, o governo visou recuperar o terreno perdido e levar este seu plano geral até as últimas consequências.

**4.** Decorridos três meses desde a decretação do "pacote", já são evidentes algumas alterações na conjuntura, desfavoravelmente ao governo. Mais cedo do que muitos esperavam, os assalariados saíram à luta pela recuperação dos direitos usurpados. Vêm espoucando greves por todo o país, principalmente em torno da questão dos salários. Greves desconectadas entre si, mas com o vigor e a dimensão de um movimento de largas proporções. São a primeira evidência dos limites políticos do "pacote", apresentado inicialmente pela burguesia como expressão de unanimidade nacional. E, em geral, movimentos parcialmente vitoriosos, o que origina uma situação mais favorável a desdobramentos políticos mais avançados. Além disso, os "fiscais do Sarney" perderam o entusiasmo e desvestiram as camisas. Soma-se aos movimentos grevistas a intensificação da luta do campesinato, transformada em fato político nacional de primeira grandeza. Sem contar que os efeitos políticos do "pacote" não se reverteram na mesma medida em fortalecimento eleitoral dos partidos situacionistas, sendo pertinente esperar-se um bom desempenho do PT nas próximas eleições. Simultaneamente, o "pacote" tem evidenciado também as suas limitações econômicas. Os fatores estruturais e conjunturais de inflação vêm atuando com força bastante para elevar as taxas inflacionárias a um patamar superior ao esperado pelo governo. Desenvolve-se, assim, um quadro em que se requer uma postura ofensiva na denúncia política do governo, do caráter

do "pacote" e das medidas de "ajuste" que se sucedem em favor do capital monopolista, bem como no esforço pela unificação do movimento popular em torno de uma plataforma avançada.

## II

**5.** Contudo a transição segue a sua marcha. A burguesia vem conseguindo mantê-la em marcos conservadores cada vez mais definidos.

O PNRA, originariamente apresentado como atentatório a certos interesses do latifúndio improdutivo, a cada dia se identifica mais com um programa de colonização concebido pelo Conselho de Segurança Nacional; nenhuma política ou iniciativa poderia ser apontada como afirmativa da soberania nacional no relacionamento com o capital financeiro imperialista ou no tratamento à questão da dívida externa; quanto à política exterior, continua a proteção do estabelecimento de relações diplomáticas com Cuba e Vietnam; mantêm-se as leis de exceção, na letra e na prática, como evidenciam as condenações pela LSN e as aplicações da Lei de Greve; tenta-se legitimar o SNI e demais aparatos repressivos; o caráter congressual da Constituinte, a função pré-Constituinte da Comissão dos Notáveis e as normas antidemocráticas de regulamentação da propaganda eleitoral gratuita na TV só favorecem à institucionalização do regime no sentido desejado pelas forças mais reacionárias e restritivo à luta por reformas de conteúdo popular. Nem mesmo um político burguês como Brizola vem sendo tratado como companheiro de viagem pelas frações burguesas hegemônicas.

**6.** Numa apreciação autocrítica, o erro de avaliação do CC em sua resolução "O PRC e as Eleições de 86" deveu-se: primeiro, a uma subestimação do governo e das forças que o apoiam na determinação de manter a iniciativa política e conduzir sob controle estrito o processo de transição, de acordo com o seu plano geral que visa estabilizá-la; segundo, à idéia equivocada de que a burguesia, para recuperar o apoio popular parcialmente abalado, precisaria realizar reformas a favor das massas, mudanças reais fora de cogitação com o governo sob o comando de um ministério ultraconservador; e terceiro, à subestimação da escalada inflacionária e das suas implicações sobre o departamento do governo.

## III

**7.** A vitória do plano geral de estabilização da transição implicaria numa derrota de proporções históricas para a classe operária e demais classes populares. Criaria uma situação extremamente favorável à estratégia da reação de

estabelecer uma democracia dos monopólios talhada para uma longa existência. Significaria um golpe sobre as conquistas políticas e organizativas já alcançadas pelo movimento popular atingindo em particular as correntes revolucionárias. Este perigo não está antecipadamente descartado, e a tarefa de impedi-lo confere uma responsabilidade especial aos revolucionários comunistas: à sua capacidade de posicionar-se com justeza e precisão tática nos vários momentos conjunturais, de relacionar-se corretamente com seus aliados, particularmente no campo do PT e da CUT, e de avançar na construção de uma alternativa política de massas à estratégia da burguesia.

**8.** Com justa razão, o PRC coloca no centro de sua tática a tarefa de desestabilizar a transição conservadora. Entendendo que a correlação de forças não permite sequer visualizar em perspectiva a configuração de uma situação revolucionária, o que tornaria pertinente a colocação na ordem do dia da derrubada do governo da "Nova República", o partido formula uma adequada mediação tática. Mediação que consiste: primeiro, em derrotar o plano geral de estabilização da transição, isolando progressivamente o governo e assegurando uma situação favorável ao avanço das forças populares, e segundo, em iniciar a construção de uma alternativa operária e popular à transição. A desestabilização da transição entendida aqui no seu sentido preciso: como uma tática, uma orientação, e não como uma palavra de ordem de ação a ser propagandeada junto às massas; e como um objetivo que consiste em derrotar a estratégia da burguesia de consolidação da democracia dos monopólios e criar uma correlação de forças favorável ao avanço da luta pela estratégia revolucionária.

**9.** Nessas condições, um aspecto decisivo na conduta dos revolucionários consiste em tratar corretamente a relação entre a acumulação de forças em direção à sua estratégia e a luta por reformas. No atual período da luta de classes no Brasil, esta justa combinação é vital. Trata-se, em síntese, de apoiar-se nos referenciais mais avançados do campo de forças operárias e populares para ir construindo a alternativa operária e popular; e de radicalizar a luta por reformas para desmascarar a reação e desenvolver a autoconfiança e o nível de consciência política e de organização das massas. O que traz subentendido que lutar por reformas não é incompatível com uma tática revolucionária comunista, na medida em que tal luta seja concebida não enquanto um fim em si, como é próprio do reformismo, mas como um subproduto da luta de classes do proletariado.

#### IV

**10.** O PRC reafirma a plataforma de ação imediata do seu II Congresso, introduzindo-lhe reajustes e atualizações. Adequando-a à nova situação política, toma-a como instrumento fundamental para o rompimento com a dispersão do movimento de massas, que se ressentem de não ter assumido ainda uma síntese política unificadora. Ou seja, uma plataforma totalizante que o tensiona no sentido do combate ao governo Sarney e à transição conservadora. Esta plataforma deverá se constituir na referência principal para a intervenção dos revolucionários comunistas durante o processo constituinte:

— **Contra a opressão política:** extinção do SNI e de todos os aparatos de repressão política e espionagem; revogação da LSN e das leis de exceção e dissolução do Conselho de Segurança Nacional; punição dos responsáveis pelos crimes de corrupção e tortura e criminalização da prática de torturas; liberdade e autonomia sindical através da revogação da Lei de Greve e do Título V da CLT; eleições diretas para presidente da República seis meses depois da promulgação da nova Constituição; contra o Congresso constituinte e por uma Constituinte exclusiva.

— **Contra o imperialismo, os monopólios privados e a exploração capitalista:** rompimento dos acordos com o FMI, não pagamento da dívida externa e combate à privatização e à desnacionalização das empresas estatais; estatização dos bancos, comércio exterior, exploração mineral, produção de meios de produção pesados, comércio atacado, transportes coletivos urbanos e dos sistemas de saúde e de ensino, assegurada sua gratuidade; estabilidade no emprego, salário de sempre, reposição das perdas salariais desde o golpe de 64, escala móvel de salários com reajustes mensais automáticos de acordo com o índice real de inflação e redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução salarial; congelamento permanente dos aluguéis, gêneros de primeira necessidade, transporte coletivo, prestações da casa própria e taxas de água e luz.

— **Contra o latifúndio e o monopólio capitalista no campo:** fim da grilagem e legalização das posses precárias, suspensão dos programas de colonização e distribuição das terras onde o homem mora e trabalha; extensão das conquistas dos trabalhadores urbanos aos rurais; punição dos responsáveis pelos assassinatos dos camponeses, sindicalistas rurais e daqueles que participam das suas lutas; encerramento das atividades da UDR e dissolução dos exércitos de jagunços; reforma agrária radical e sob o controle dos trabalhadores.

— **Contra os preconceitos, a discriminação, o conservadorismo moral e a destruição do meio ambiente:** plena igualdade de

direitos entre os sexos, combate à discriminação da mulher, direito à prática do aborto, ampla assistência à maternidade e garantia de atendimento pelo Estado à mulher que opte livremente pela prática do aborto; completa igualdade entre as raças e combate à discriminação ao negro e ao índio; defesa do menor e da velhice e sua proteção humanizada; combate a todo tipo de censura; liberdade de opção sexual e fim da discriminação aos homossexuais; proteção ao meio ambiente, transformação dos bens naturais em patrimônio público, desativação do programa nuclear e instituição e punição do crime ecológico.

— **Solidariedade internacional e defesa da humanidade:** reatamento de relações diplomáticas com Cuba e Vietnam e concessão do estatuto de embaixada ao escritório da OLP; rompimento de relações diplomáticas com o Chile de Pinochet, o Paraguai de Stroessner e a África do Sul do apartheid; condenação da política intervencionista e belicista do imperialismo norte-americano; solidariedade à Nicarágua, Líbia e ao povo de El Salvador e combate ao sionismo; desarmamento nuclear com a destruição de todas as armas nucleares e controle internacional, aberto a todos os países, sobre o uso da energia nuclear.

**11.** O elemento que sintetiza a conduta do PRC é a oposição ao governo Sarney, elemento ao qual confere uma ênfase especial neste momento. Entende como exigência de um política revolucionária a denúncia — viva, contundente e com presteza — das políticas e iniciativas governamentais, desvendando seu caráter antioperário e antipopular; o nexo estreito entre os atos da presidência da República e os interesses do capital monopolista, do imperialismo e dos latifundiários; o sentido geral das ações do Planalto como ações que objetivam consolidar uma democracia do grande capital. Considera da maior atualidade apunhar todos os fatos denunciáveis relacionados com o poder e transformá-los em instrumentos de desgaste político e de agitação contra o governo. Sendo mais preciso, coloca num lugar destacado a desmistificação da própria figura do presidente, personalidade medíocre e reacionária, mas artificialmente erigida à condição de líder popular, supostamente acima dos conflitos e interesses das classes e dos partidos. Faz incidir suas denúncias sobre o fato mesmo de Sarney ocupar a presidência, desempenhando um mandato ilegítimo, o que torna pertinente ressaltar a exigência de eleições diretas para presidente da República. Evidencia como oportuna a tarefa de promover, sempre que possível, manifestações reivindicatórias ou de protesto relacionadas diretamente com a figura de Sarney, inclusive por ocasião de suas visitas aos Estados.

**12.** As denúncias e mobilizações contra o "pacote" de confisco salarial destacam-se como componente chave de uma tática de oposição radical na presente conjuntura. As manifestações anti-"pacote" definiram-se, até agora, como uma luta basicamente de resistência. Os revolucionários comunistas do PRC colocam-se a tarefa de imprimir-lhe maior ofensividade. De estender e aprofundar a denúncia política global do caráter do chamado Programa de Estabilização junto às parcelas mais combativas do movimento operário e popular. E, principalmente, de mobilizar as massas trabalhadoras contra este ponto decisivo da política governamental, contestando-o globalmente. Mesmo que, para tanto, seja indispensável tomar como ponto de partida os efeitos negativos visíveis que o "pacote" acarretou para os trabalhadores. As inúmeras greves já realizadas ou em andamento são um atestado de que a propalada "unanimidade nacional" em relação ao dito Plano de Estabilização não passa de uma falácia. Ao lutarem principalmente em defesa dos seus salários, os trabalhadores vêm atacando um aspecto central do "pacote". Insistindo nesse ponto específico e na intensificação das greves, os revolucionários comunistas do PRC atentarão igualmente para o combate às demissões, ao desemprego, à alta dos preços e aos propósitos do governo de descongelá-los, exigindo, ao mesmo tempo, um outro tipo de congelamento, permanente e voltado para o atendimento das necessidades básicas das massas populares. Sempre tensionando as lutas no sentido da sua transformação em movimentos políticos de massas que, incidindo explicitamente sobre o "pacote", assumam um nítido conteúdo de oposição extrema ao governo. E operando para que esta globalização no conteúdo adquira uma correspondência na forma, cuja expressão mais elevada, no momento, seria a deflagração da greve geral. Ainda que não levantando a greve geral como proposta de ação imediata, os revolucionários comunistas do PRC colocam-na em perspectiva. Nas atuais circunstâncias, realizam a propaganda da idéia da greve geral e operam no sentido da generalização das formas de luta dos trabalhadores. A denúncia global do "pacote", no terreno da propaganda, junto aos elementos avançados dos movimentos operário e popular, permite, ainda, associar a política do governo à exploração capitalista e desenvolver uma luta política e ideológica anticapitalista e a favor das relações econômica e políticas e dos valores morais do socialismo. O PRC se empenhará pela unidade de todas as correntes populares no combate ao "pacote", entendido como totalidade e não como uma somatória de aspectos positivos e negativos, conferindo especial importância ao papel do PT nessa luta. E destaca o lugar que está reservado à CUT, cujo próximo Congresso deverá firmar uma posição

clara e um plano ofensivo de mobilizações contra o "pacote" e o governo.

**13.** Uma outra questão sobre a qual o PRC deposita suas atenções é a da reforma agrária e da luta camponesa pela terra, de grande incidência no quadro político nacional. A cada dia o PNRA se distancia mais das aspirações de uma autêntica reforma agrária e mais se aproxima de um mero programa de colonização concebido pelo Conselho de Segurança Nacional. Contudo, longe de esperar pela iniciativa do governo, o movimento camponês se aprofunda e, em contrapartida, os latifundiários aperfeiçoam sua organização e armam seus jagunços. Em outras palavras, radicaliza-se a luta de classes no campo. E, solidário com os latifundiários, o governo acena com o seu PNRA e intervém diretamente nos conflitos, com o nítido objetivo de "pacificar" as áreas mais conflagradas. Os revolucionários comunistas do PRC, cuja presença nessa frente de combate é ainda pequena, conferem à questão agrária e camponesa o destaque que a sua importância política geral impõe. Solidários com todas as forças que atuam nesse movimento, consideram, entretanto, indispensável que se reverta a atual linha de conduta despolitizada que vem sendo imprimida pela sua direção. Chamam à solidariedade do movimento operário e popular urbano à causa dos camponeses, criando comitês de apoio e realizando ações de protesto. Avaliam como indispensável a unidade de ação das forças populares, no que caberá ao PT uma posição destacada. Mas colocam em primeiro plano o papel coordenador que cabe à CUT desempenhar. Relacionam entre os pontos de unidade e de ação imediata a garantia das posses, a distribuição das terras aos que nela moram e trabalham, a extinção da União Democrática Ruralista, a desativação das milícias de jagunços, a punição dos assassinos de camponeses e religiosos e a denúncia do comportamento do governo e do seu PNRA.

**14.** Neste momento, o PRC confere principalidade à intervenção no processo constituinte. Entendida esta intervenção como um todo que abarca, neste momento, dois aspectos: a luta pela eleição de uma bancada expressiva de esquerda e a articulação da campanha eleitoral com as mobilizações de massas, com prioridade para estas últimas. Em torno, e por dentro, do processo constituinte é que gravitarão as principais manifestações da luta de classes e as grandes disputas políticas nacionais dos próximos meses. E, por conta disso e da natureza dos temas de que ele tratará, poderá se afirmar como um momento privilegiado para o avanço de uma política revolucionária. Os condicionantes, de caráter antidemocrático, impostos pelo governo não serão suficientes para impe-

dir que tal processo possibilite o desenvolvimento da consciência e da organização políticas das classes populares. Mas se fará indispensável a intervenção apropriada dos revolucionários comunistas. Uma intervenção cujo segredo é a correta articulação da luta por reformas com a luta pela revolução, colocando-se a primeira em função da segunda. Ao se perceber do papel politizador das massas que o processo constituinte poderá possibilitar, a burguesia deslocou a questão da constituinte para segundo plano e se esforça para que a polarização se dê em torno das disputas para os

governos estaduais. Os revolucionários comunistas do PRC se empenham para que se estabeleça uma outra polarização. Situando aí a centralidade da sua política, visam colocar a disputa num terreno mais favorável ao desgaste do governo, à derrota do seu plano geral de estabilização da transição, à ampliação da base de massas de oposição à esquerda e ao avanço na construção da alternativa operária e popular.

Maio de 1986  
O Comitê Central do  
PRC

## SOBRE AS RELAÇÕES DO PRC COM O PT

O II Congresso (extraordinário) do PRC decidiu-se, no que se refere aos partidos legais, pela participação exclusiva no PT. Todavia, o processo político posterior ao Congresso evidenciou, claramente, insuficiências nas resoluções adotadas. Por isso, o Comitê Central resolveu reabrir no seu interior e estender para todo o coletivo a discussão sobre nossas relações com o Partido dos Trabalhadores.

Cada vez se faz mais sentir a necessidade de um balanço político de nossa trajetória de participação nos partidos legais, que envolveu, durante algum tempo, a atuação no PT e no PMDB. Mais que um acerto de contas com o passado, este debate é fundamental para aprendermos com nossa própria experiência e, assim, obtermos melhores condições de enfrentar os desafios presentes.

Sem prejuízo do debate que pretende seja desenvolvido, o Comitê Central adota esta resolução visando responder a algumas das questões hoje colocadas sobre as relações do PRC com o PT. Não pretendemos com isto esgotar o tema — por demais complexo — nem, muito menos, fixar princípios teóricos que situem o significado do fenômeno PT. Esta orientação tem por objetivo fundamental suprir lacunas em nossa elaboração política e orientar os militantes no que diz respeito às suas relações com o PT.

O presente documento adquire uma grande importância na medida em que vivenciamos uma conjuntura política muito especial. Fica claro que a transição burguesa no Brasil se fez acompanhar de uma particularidade não encontrada nos processos semelhantes ocorridos na Argentina, Espanha, Grécia etc... Em nosso país, se consolida um campo de massas não integrado à transição, de oposição à esquerda, com representações política e sindical organizadas, cujas expressões maiores são dadas pelo PT e pela CUT, respectivamente.

Dentro deste campo, verifica-se a presença de uma esquerda revolucionária que, contribuindo para fortalecê-lo, tem evitado a própria marginalização política e criado condições para adquirir uma influência de massas significativa. Em função desta particularidade, as investidas da burguesia visam, especificamente, isolar ou enquadrar o PT e a CUT, atacando em especial a esquerda revolucionária com o intuito de conduzi-la ao gueto político. As relações PRC-PT jogam um importante papel no equacionamento desta disputa política maior.

O PT é um partido de massas com um forte componente frentista. Trata-se de um partido porque as relações e normas que vigoram no seu interior têm um caráter predominantemente partidário e porque os vínculos de participação que unem seus militantes possuem também um sentido basicamente partidário. Todavia, o fato incontestável da existência de uma grande massa de filiados com a presença, no seu interior, de diversas correntes político-ideológicas com personalidade própria, incluindo organizações de esquerda, imprime-lhe um forte traço de diversidade frentista. Tal característica tem sido altamente positiva, possibilitando referenciar grandes contingentes de massa, onde se encontram as mais diversas opiniões políticas, e unificar muitas correntes político-ideológicas num sentido antitransição conservadora.

Neste sentido, qualquer tentativa de "partidarização excludente" do PT é negativa, não só para as correntes eventualmente atingidas, mas para os interesses do próprio PT, da luta dos trabalhadores, do movimento operário e popular.

O PT é um partido de massas e não somente um Partido institucional, uma vez que, além da intervenção propriamente político-institucional — nas eleições, no parlamento —, possui uma presença e uma intervenção no movimento de massa e na luta extra-institu-

cional, com uma base militante.

O PT tem assumido uma posição progressista pró-socialismo que, mesmo genérica e imprecisa, tem contribuído para a luta anti-capitalista. É da maior importância que esta posição genérica pró-socialismo admita o caminho da luta e da Revolução como pressupostos para concretização de transformações de caráter socialista. Nos debates que se colocam no interior do PT, os militantes do PRC se posicionarão de acordo com a sua concepção sobre o socialismo, que se situa na perspectiva da sociedade comunista. Entretanto, em função do próprio caráter do PT, não pretendemos que este partido assuma as definições político-ideológicas próprias de uma organização revolucionária de tipo leninista. Lutaremos, isto sim, para que o PT assuma as posições políticas mais avançadas possíveis, respeitada a diversidade político-ideológica que o caracteriza.

Os militantes do PRC participam do PT, como os demais filiados, segundo as normas internas do PT. Colocam-se favoráveis ao princípio da unidade de ação e da necessidade de uma determinada disciplina organizativa, própria de um partido de massas com milhares de filiados e que integra as mais diversas concepções. A questão que se coloca, portanto, não é aquela posta pelo simplismo da contraposição entre os que aceitam e os que não aceitam a disciplina do PT, mas sim qual a disciplina necessária e possível num partido de massas.

O PRC não é uma fração, tendência ou partido dentro do PT, o que, inclusive, está de acordo com a definição de que este não se constitui como uma frente de organizações. O PRC é uma organização política revolucionária clandestina, com existência própria, autônoma, que define a atuação partidária-legal de seus militantes no PT, como filiados individuais. Para estes, o centralismo democrático leninista do PRC e a participação no PT segundo suas normas internas envolvem uma contradição que pode ser compatibilizada através da mediação política, tendo como base posições avançadas de oposição à transição burguesa.

Os militantes do PRC não atuam como uma corrente no PT. Participam em articulações e chapas amplas juntamente com militantes de outras correntes e com um grande número de outros petistas. Não falam publicamente enquanto PRC e não fazem propaganda dos materiais oficiais do PRC nos fóruns do PT. Por sua vez, os porta-vozes do PRC, embora também manifestem seu apoio político ao PT, não são filiados ao mesmo.

O PT, como é normal em qualquer entidade política, possui posições hegemônicas. Há

uma articulação majoritária no plano nacional e na principal seção estadual — a de São Paulo — cujas definições prevalecem amplamente no partido. Todavia, constitui-se num erro conceber esta hegemonia como cristalizada e homogênea. Em vários Estados importantes há um relativo equilíbrio de forças e no interior desta articulação majoritária convivem posições e agrupamentos políticos diversos — inclusive organizados — com divergências até mesmo acerca de aspectos da visão de PT. Isto não elimina o fato de que possuem, no momento, uma unidade em torno da idéia de uma "partidarização" do PT de sentido excludente em relação às correntes de esquerda. Este quadro coloca a possibilidade de uma disputa legítima envolvendo concepções políticas e a visão sobre o PT.

Os militantes do PRC que atuam no PT não se furtam em lutar para que prevaleçam as posições que consideram justas. Em função da disputa interna que decorre naturalmente desta atitude, o PRC tem sido alvo de uma campanha que dissemina os preconceitos contra toda a esquerda organizada o que, objetivamente, adquire um sentido anticomunista. Os ideólogos desta campanha propagam a noção de que o PRC se utiliza do PT para seu proveito próprio; que não construímos o PT e que a participação no PT é incompatível com a condição de militante comunista organizado. Em verdade, o que sustenta esta visão é a idéia de que o processo revolucionário no Brasil dispensa a luta por um partido revolucionário clandestino de tipo leninista e que as forças empenhadas nesta tarefa constituem algo nocivo ao PT e aos interesses dos trabalhadores. Para o PRC, entretanto, a revolução socialista não se efetivará sem a existência de um partido deste tipo, articulado com o fortalecimento de organizações políticas de massa de caráter antipitalista. A construção do PT enquanto partido não integrado à transição adquire, assim, para o PRC, a dimensão de uma tarefa destacada cuja importância será tanto maior quanto mais avançadas forem as suas definições políticas.

O PRC, embora clandestino, expõe abertamente as suas posições e o sentido prático da atuação de seus militantes, colocando-se aberto à crítica. Isto porque nossa elaboração é inseparável da colaboração oferecida pelos ativistas do movimento operário e popular. Coerentes com a visão que temos, sustentaremos uma luta de idéias firme e não sectária em torno das posições políticas e de princípio que julgamos imprescindíveis à afirmação de um caminho revolucionário.

Maio de 1986  
O Comitê Central do PRC